
SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Educomunicação: caminhos de transformação nas práticas e políticas sociais

Educommunication: paths for transformation in social practices and policies
Educomunicación: caminos de transformación en prácticas y políticas sociales

Ismar de Oliveira Soares¹

<https://orcid.org/0000-0002-3547-4789>

Michele Marques Pereira²

<https://orcid.org/0000-0002-7096-4804>

Daniele Próspero³

<https://orcid.org/0000-0002-3472-1776>

1 Jornalista. Doutor (1986) em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado (2000) pela Marquette University (Milwaukee, WI/USA). Professor titular sênior da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Fundador do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da ECA/USP. Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7611768706433230>>. *E-mail*: <ismardeoliveira.soares@gmail.com>.

2 Educomunicadora. Doutoranda e mestra em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Anhembi Morumbi. Especialista em Educomunicação, Comunicação, Mídias e Educação pela ECA/USP. Integrante do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da ECA/USP. Diretora de Assuntos Profissionais e Formação Continuada da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0864331278191849>>. *E-mail*: <michelemarquesp@gmail.com>.

3 Jornalista. Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Pós-graduada em Jornalismo Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e em Educação Comunitária pela Universidade Anhembi Morumbi. Bacharel em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Pesquisadora do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da ECA/USP. Sócia-fundadora e membro da Diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2276851292197788>>. *E-mail*: <danieleprospero@gmail.com>.

Recebido em: 20/09/2024

Aprovado em: 18/10/2024

Resumo: O artigo apresenta a Educomunicação e sua relação intrínseca enquanto conceito e práxis social presente nas políticas públicas, nas organizações governamentais, na sociedade civil e nas práticas de comunicação e educação popular. O objetivo é trazer parte da história e compartilhar experiências que demonstram a Educomunicação como caminho para ações e políticas que objetivem a transformação social. Com uma metodologia qualitativa, que integra elementos históricos, teóricos e práticos, tecemos uma colcha com iniciativas educacionais, que transcendem o uso instrumental da comunicação, ampliando a leitura crítica de mundo, a efetiva participação e o protagonismo dos sujeitos envolvidos em tais ações. A partir do referido resgate, destaca-se que a fala e a escuta atenta, o senso comunitário, a educação transversal e a liberdade de expressão, inerentes à práxis educacional, garantem a legitimação do conceito, fortalecendo a Educomunicação enquanto campo que promove a mobilização e a transformação social em prol do exercício da cidadania, da democracia e da garantia dos direitos.

Palavras-chave: Educomunicação; políticas públicas; políticas sociais; transformação social; educador.

Abstract: The article presents Educommunication and its intrinsic relationship as a concept and social praxis present in public policies, government organizations, civil society and in popular communication and education practices. The aim is to provide some history and share experiences that demonstrate Educommunication as a path for actions and policies aimed at social transformation. Using a qualitative methodology that integrates historical, theoretical and practical elements, we have woven a quilt of educative initiatives that transcend the instrumental use of communication, broadening the critical reading of the world, effective participation and protagonism of the subjects involved in these actions. From this rescue, it is clear that speech and attentive listening, a sense of community, transversal education and freedom of expression, inherent to educative praxis, guarantee the legitimacy of the concept, strengthening Educommunication as a field that promotes mobilization and social transformation in favour of exercising citizenship, democracy and guaranteeing rights.

Keywords: Educommunication; public policies; social policies; social transformation; educommunicator.

Resumen: El artículo presenta la Educomunicación y su relación intrínseca como concepto y praxis social presente en políticas públicas, organizaciones gubernamentales, sociedad civil y prácticas populares de comunicación y educación. El objetivo es proporcionar algunos antecedentes y compartir experiencias que demuestran la Educomunicación como camino para acciones y políticas orientadas a la transformación social. Utilizando una metodología cualitativa que integra elementos históricos, teóricos y prácticos, hemos tejido una colcha de iniciativas educomunicativas que trascienden el uso instrumental de la comunicación, ampliando la lectura crítica del mundo y la participación efectiva y el protagonismo de los sujetos involucrados en estas acciones. A partir de este rescate, queda claro que la palabra y la escucha atenta, el sentido de comunidad, la educación transversal y la libertad de expresión, inherentes a la praxis educomunicativa, garantizan la legitimidad del concepto, fortaleciendo la Educomunicación como un campo que promueve la movilización y la transformación social a favor del ejercicio de la ciudadanía, de la democracia y de la garantía de los derechos.

Palabras clave: Educomunicación; políticas públicas; políticas sociales; transformación social; educommunicator.

Introdução

Com raízes latino-americanas, a Educomunicação emerge como uma práxis social na interface entre a Comunicação e a Educação, atuando nos *ecossistemas comunicativos* em contextos educativos, buscando amplificar e promover a dialogicidade, o protagonismo cidadão, a participação ativa, o exercício da cidadania, a transformação social humanizada, a leitura crítica de mundo e a produção coletiva em rede e criativa. Como se fala no campo, a Educomunicação é “fazer com”.

O artigo objetiva apresentar parte da história, conceitos e experiências que foram construindo o paradigma da Educomunicação, apontando sua relação intrínseca com as ações e políticas sociais. Em uma sociedade em vias de questionamentos e perdas crescentes de

direitos sociais, urge fortalecer práticas que contribuam para o engajamento e o protagonismo do povo frente à luta por suas pautas, por sua dignidade e por seus direitos, com um fortalecimento que seja centrado na valorização dos conhecimentos, na cultura popular e na preservação dos povos e de suas comunidades. É nesse contexto da luta e do movimento por uma Comunicação/Educação libertária e transformadora que a Educomunicação se constitui e que aqui se apresenta.

Iniciamos com um breve contexto histórico, que revela parte das práticas e dos conceitos que foram conformando o ambiente no qual a Educomunicação se constitui. Seguimos pautando uma pesquisa-perfil, realizada pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (NCE-ECA/USP), que identifica e semantiza a Educomunicação enquanto paradigma na interface Comunicação/Educação. O NCE passou a desenvolver formações que vão se espalhando pelo Brasil afora e que contribuem para consolidar o conceito e a prática educacional.

Apresentamos exemplos do espalhamento da Educomunicação nas políticas públicas e em ações e organizações da sociedade civil, especialmente nas áreas de educação, comunicação, meio ambiente, cultura, saúde e assistência social. Com o fio condutor da natureza intrínseca do caráter social dos conceitos e das práticas educacionais, concluímos o artigo ressaltando a potencialidade do campo para a efetiva mobilização e transformação nas práticas e políticas sociais, em prol do exercício da cidadania, da democracia e da garantia dos direitos.

Educomunicação: a legitimação de um conceito

Quando nós nos referimos à Educomunicação, falamos a partir de um lugar de raízes latino-americanas e de um sentido específico que começou a ser empregado com a semantização do termo, proposta pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (NCE-ECA/USP), que, ao analisar práticas sociais e educativas geradas na inter-relação entre a Comunicação e a Educação, identificou a emergência de um novo campo de conhecimento e de práticas sociais (SOARES, 1999).

O conceito ganhou legitimidade ao longo das duas últimas décadas, tanto assim que, em julho de 2021, a Academia Brasileira de

Letras (ABL) adotou o neologismo como uma nova palavra no léxico da língua portuguesa, a ele atribuindo a definição proposta pelo próprio NCE-ECA/USP, conforme descrevemos a seguir.

O conjunto de conhecimentos e ações que visam a desenvolver ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais (escolares), não formais (desenvolvidos por ONGs) e informais (meios de comunicação voltados para a educação), mediados pelas linguagens e pelos recursos da comunicação, das artes e das tecnologias da informação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício prático da liberdade de expressão.⁴

O processo de semantização do conceito de Educomunicação ocorreu entre 1997 e 1998, período em que o NCE-ECA/USP observou as atividades e experiências oriundas da interface entre Comunicação e Educação, bem como o perfil de profissionais e pesquisadores que nela atuavam em 12 países da América Latina e da Península Ibérica, cujas perspectivas, somadas a dados coletados em eventos sobre o tema realizados na região, apontaram evidências de que um novo campo de conhecimento ganhava densidade, merecendo ser reconhecido (SOARES, 1999).

Na verdade, as práticas observadas pela pesquisa eram de dois âmbitos: (I) as práticas de educação crítica frente aos meios de comunicação social; e (II) o uso dos recursos da comunicação pelos movimentos populares em suas lutas pela sobrevivência e pelos direitos humanos e sociais. No primeiro âmbito, a pesquisa detectou um nítido caráter sociopolítico nos trabalhos voltados para uma formação crítica dos receptores midiáticos, levando em conta que tais ações se contrapunham à concentração de poder nas mãos dos controladores dos veículos de informação, especialmente daqueles com base nos países ricos do Norte global.

A visão denunciante das primeiras experiências de educação para os meios, em vigor no início da segunda metade do século XX, foi sendo revista a partir da década de 1980, com as contribuições trazidas ao tema

⁴ Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/educunicacao>>. Acesso em: 14 set. 2024. Sugerimos também cf. o conceito debatido em nível latino-americano na obra de Soares (2009).

por Jesus Martín-Barbero (1987). O autor apresentou aos estudiosos do continente a denominada *teoria das mediações*, com a qual questiona o poder manipulatório dos veículos de informação, levando em conta os múltiplos contextos culturais vividos pelas pessoas e pelos grupos humanos e criando referências capazes de competir com a influência direta do sistema midiático. Segundo Martín-Barbero (2014), seria plenamente possível ao sistema educativo entender e reconstruir os *ecossistemas comunicativos* considerando as interações dadas e tendo como ponto de partida os conjuntos de linguagens, narrativas e representações com as quais convivemos em nosso cotidiano. O importante passava a ser o esforço para identificar a natureza dos processos comunicativos e os caminhos para analisá-los, de forma a oferecer respostas adequadas aos desafios encontrados.

Já no âmbito das práticas, a pesquisa constatou que, simultaneamente ao esforço defensivo frente ao sistema midiático (leitura crítica dos meios), a proposta latino-americana na interface Comunicação/Educação incluía uma perspectiva propositiva: a promoção de um novo tipo de comunicação a serviço da cidadania, como veremos a seguir.

Educomunicação: a construção de um paradigma

Em meados do século XX, o tipo de produção comunicativa implementada pelo Movimento Popular na América-Latina era conhecido como *comunicação de resistência*. Corresponhia aos esforços de se fazer uso dos recursos da informação, especialmente do rádio e dos meios impressos de baixo custo, para a defesa das causas de interesse das classes subalternas. Aplicada à Educação, tal modalidade alternativa tinha como inspiradores personalidades como Célestin Freinet (1896-1966), Paulo Freire (1925-1997) e Mário Kaplún (1923-1998).

Freinet (1977) defendia que o empoderamento comunicativo dos jovens deveria dar-se já no ensino básico. Enquanto docente numa escola francesa, o especialista pontuava que a educação deveria, em si mesma, ser entendida como sinônimo de uma expressão que deveria ocorrer a partir de interlocutores, por meio do uso de recursos adequados às necessidades do processo formativo. No caso, defendeu mais especificamente o uso do jornal nas escolas como uma forma para as crianças se reconhecerem enquanto sujeitos produtores de conhecimento e influenciadores de seus espaços.

Já Paulo Freire ultrapassou essa linha, convertendo-se no maior inspirador das práticas alternativas de comunicação no espaço educativo. Em sua obra: “*Comunicação ou Extensão?*”, publicada originalmente em 1968, Freire (2017) criticava fortemente a concepção da educação extensionista, que vê o conhecimento como matéria a ser depositada ou transferida aos educandos, prática que denominou de “educação bancária”. Para ele, o homem deve ser visto como um *ser-em-situação*, um ser da práxis reflexão/ação, marcado por suas ações em relação com o mundo e que constrói seu conhecimento nessa inter-relação. É pela leitura crítica do mundo que o cerca que o sujeito aperfeiçoa seu olhar e seus conhecimentos sobre as relações sociais nas quais está imerso, fato que possibilita seu envolvimento com a transformação social, cuja ação nasce do diálogo entre os sujeitos de forma respeitosa e não invasora ou manipuladora.

As ações educomunicativas se inspiram no aporte de Paulo Freire sobre a natureza de um diálogo centrado nas realidades e perspectivas dos sujeitos integrantes dos processos educativos e comunicativos, permitindo que eles se expressem, sejam escutados e transformem seus conhecimentos e suas realidades. Nesse sentido, a Educomunicação busca não apenas ensinar o manejo de ferramentas midiáticas, mas capacitar os sujeitos a refletir criticamente, em comunidade, sobre os meios e suas mensagens, com vistas à emancipação e ao desenvolvimento de práticas comunicativas que favoreçam a resolução de problemas comuns.

Finalmente, Mário Kaplún (1999), atuando em países como Argentina, Venezuela e Uruguai, trabalhou com o conceito de *comunicação educativa*. Segundo o autor, enquanto prática interdisciplinar, a comunicação educativa leva a uma “leitura da pedagogia a partir da comunicação” e a uma “análise da comunicação a partir da pedagogia”. Em termos programáticos, o autor trouxe a ideia de uma comunicação participativa, que se estende para além do emprego das mídias e tecnologias da informação, ressaltando a importância das múltiplas expressões comunicativas nos processos educativos e da participação efetiva dos sujeitos envolvidos como meio para uma educação engajada, representativa e em diálogo com a realidade.

Ao se articularem os pensamentos de Célestin Freinet, Paulo Freire, Mário Kaplún e Martín-Barbero com os resultados das pesquisas realizadas pelo NCE-USP, percebeu-se que a Educomunicação emerge como uma prática social profundamente comprometida com a

construção de ecossistemas comunicativos inclusivos e transformadores, cujas bases comprometem seus agentes com a emancipação social e o desenvolvimento de uma cultura de diálogo e participação.

Políticas públicas e ações privadas: a Educomunicação na interseção entre Educação, Meio Ambiente e Assistência Social

Responsável – como vimos – pela sistematização teórica da prática educ comunicativa no Brasil, o Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP passou, igualmente, a se envolver em ações de extensão universitária destinadas a atender a demandas pela aplicação do conceito que começaram a aparecer no cenário nacional, logo no início do século XXI, em áreas como educação, sustentabilidade, saúde e assistência social.

Um dos primeiros projetos implementados pelo Núcleo da USP foi o *Educom.Rádio*, voltado a capacitar estudantes e professores da rede pública de educação da cidade de São Paulo para a prevenção contra a violência nas escolas, mediante a criação e gestão comunitária de rádios estudantis. Foram criados espaços onde crianças e jovens podiam se expressar, ser ouvidos e dialogar entre si e com a comunidade. Tais processos contavam com a fundamental mediação dos professores e gestores escolares. Entre 2001 e 2004, foram formados 8.636 participantes e equipamentos de rádio foram enviados às escolas como suporte pedagógico. A iniciativa foi acolhida pela Câmara Municipal de São Paulo, em 2004, por meio da Lei nº 13.491, com o título *Educomunicação pelas Ondas do Rádio*, que instituiu a permanência dos fundamentos da Educomunicação na rede pública de educação. Em decorrência do volume de atividades educ comunicativas na rede de ensino, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo instituiu um *Núcleo de Educomunicação*, que, além de dar suporte para programas como o *Imprensa Jovem*, responsável por criar e manter, nas escolas, agências estudantis de notícias, passou a oferecer formação continuada aos professores, estudantes e gestores da rede, chegando a abrir, anualmente, mais de duas mil vagas para cursos presenciais e a distância (ALVES, 2007).

Ainda no campo das políticas públicas, outra formação oferecida pelo Núcleo da USP foi um programa voltado para o audiovisual na educação, denominado *Educom.TV*, destinado a capacitar professores da

rede pública do Estado de São Paulo para a análise de produtos audiovisuais e sua utilização de forma democrático-participativa. A formação semipresencial envolveu mais de 2.500 professores, atendidos por um ambiente colaborativo de aprendizagem, ao qual se somaram encontros presenciais para grupos de 500 cursistas. A mediação realizada pelos tutores educadores criou espaços e pontes para que a formação fosse dialógica, participativa e acolhedora, de modo que pudesse repercutir em todo o estado – ao longo dos anos subsequentes – nas atitudes e nos programas dos professores formados (MACHADO, 2009).

Na interface entre políticas públicas e ações sociais, outro programa educacional que foi instituído nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foi o *Educom.Rádio Centro-Oeste*. Inspirado no exitoso *Educom.Rádio* de São Paulo, o projeto beneficiou, entre 2003 e 2006, um total de 70 escolas estaduais de ensino médio. Realizado em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o projeto ofereceu, aos 2.800 participantes, subsídios teóricos para a compreensão da natureza do fenômeno comunicativo na sociedade da informação, além de ampliar as habilidades de expressão dos participantes, das equipes de estudantes e dos membros das comunidades com os quais passariam a trabalhar. O projeto colaborou para que os cursistas adquirissem capacidades voltadas para o campo do planejamento, da implementação e da avaliação de projetos educacionais por meio da linguagem radiofônica. O *Educom.Rádio Centro-Oeste* teve, dentre seus desdobramentos, uma experiência impactante com os jovens da comunidade indígena xavante, em Sangradouro (MT), que criaram uma rádio local focada na preservação de suas culturas (SCHADT, 2022).

Outra área na qual a Educação vem se desdobrando é a Socioambiental, ao ser incorporada, a partir de 2005, ao Programa Nacional de Educação Ambiental (proNEA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Patrícia Zimermann (2019) expõe que o Governo Federal, já em 2004, diante de índices alarmantes de desmatamento na Amazônia e do cerrado, mobilizou uma rede de pesquisadores, agentes e educadores ambientais para dar um impulso à educação ambiental no Brasil. A meta pretendida era a de facilitar a criação de espaços interativos e democráticos que permitissem à sociedade gerar e compartilhar conhecimento, utilizando a comunicação ambiental como meio para promover a sustentabilidade. A decisão do MMA levou a equipe de seus técnicos a um contato com o NCE-USP, o que permitiu que as

reflexões realizadas pelos pesquisadores da USP sobre a Educomunicação fossem compartilhadas com os gestores da educação ambiental em nível nacional, de cujo diálogo surgiu o conceito de *Educomunicação Socioambiental*. A partir de uma perspectiva democrática e participativa, a Educomunicação Socioambiental passou a integrar diversos setores da sociedade, criando redes colaborativas, que fortalecem a formação ambiental, o diálogo e a produção de conhecimento sobre a preservação do meio ambiente, como ocorreu, a título de exemplo, com o *Projeto Babitonga Ativa* no litoral de Santa Catarina (ZIMERMANN, 2019).

Seguindo no compartilhamento de projetos educacionais, o NCE-ECA/USP viu-se frente a uma proposta, de caráter nacional, de integrar práticas educacionais ao denominado *Programa Mais Educação*. Realizado de 2007 a 2016, a proposta formativa do Ministério da Educação (MEC) tinha como estratégia incentivar a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da educação integral, ou seja, aquela em que se reconhece o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens nas suas múltiplas dimensões (social, cognitiva, cultural, física etc.).

Dentre as iniciativas desenvolvidas pelas escolas – denominadas *macrocampos* – estava a área de *comunicação e uso de mídias*, que se pautou no conceito da Educomunicação como referencial teórico e de sustentação metodológica, a fim de fortalecer a participação ativa dos estudantes. No macrocampo, estudantes desenvolveram projetos de jornal, rádio, vídeo, fotografia e história em quadrinhos. Em levantamento realizado, no ano de 2008, cerca de 73 mil estudantes participavam das atividades no macrocampo. Já em 2011, o número havia chegado a mais de 830 mil estudantes (PRÓSPERO, 2013).

As conquistas do *Mais Educação* inspiraram a criação de outras políticas públicas voltadas para a educação integral, consolidando a ideia de uma formação ampla e contextualizada, como é o caso do *Programa São Paulo Integral*. Implementado a partir de 2015 na cidade de São Paulo, o programa tem como objetivo expandir tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem para crianças, adolescentes e jovens, valorizando suas vivências e ampliando o acesso a diferentes linguagens e conhecimentos. A Educomunicação – inserida no programa por meio do *Território do Saber: Educomunicação, Oralidade e Novas Linguagens* – desempenha um papel fundamental, ao estimular o protagonismo juvenil e o uso de tecnologias de comunicação (PRÓSPERO, 2017).

Em 2018, a Educomunicação, que já havia sido trabalhada junto a jovens indígenas residentes no Parque do Jaraguá, em São Paulo, no contexto do *Projeto Educom.Rádio*, chegou formalmente ao espaço da cultura indígena, por meio do *Projeto Educom.Guarani*. O programa surgiu com o objetivo de capacitar docentes indígenas na língua e cultura guarani, abrangendo diversas variantes do idioma falado pelos povos da etnia no Oeste do Paraná. Em colaboração com universidades locais – a Unila e a Unioeste –, a proposta focou na elaboração de materiais didáticos para a educação nas escolas das aldeias (tekohas), incorporando ferramentas da Educomunicação, como gravações de aulas e cerimônias, às quais se somou a formação dos próprios guaranis para o uso de recursos audiovisuais. Oficinas de rádio, fotografia e vídeo foram realizadas, promovendo o protagonismo e a expressão cultural dos avá-guaranis.⁵

A série de programas “pontocom” ganhou uma nova integrante, em 2019, com a implementação do *Educom.Saúde-SP*, que nasceu como resultado da parceria entre a Superintendência de Controle de Endemias (Sucen) e o NCE, com o apoio do Fundo Especial de Saúde para Imunização em Massa (Fesima). O programa buscou na Educomunicação um caminho para atender à necessidade de melhorar a comunicação entre os agentes de saúde e a população no enfrentamento de doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, especialmente a dengue.

A ação capacitou para a práxis educacional um total de 800 profissionais de saúde de todo o Estado de São Paulo, oferecendo formação híbrida e envolvendo a comunidade na produção e disseminação de conhecimento. A formação incluiu oficinas práticas sobre linguagens midiáticas e teve impacto significativo, pois muitos profissionais descobriram o potencial dos meios digitais e da comunicação participativa. Os agentes de saúde, orientados e incentivados por seus tutores educadores, realizaram projetos da Educomunicação na Saúde, escutando as demandas das comunidades e envolvendo-as diretamente nas ações de comunicação e política pública (SOARES; VIANA; FERREIRA, 2021).

Ainda no espaço público, vamos encontrar a prática educacional sendo levada para a área da Cultura, ao longo dos anos de 2023 e 2024, pelo Ministério da Cultura (MinC), em parceria com a

5

Disponível em: <<https://www.educomguarani.com/o-projeto>>. Acesso em: 14 set. 2024.

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O programa tem o título de *Caminhos das Águas: trilhas formativas para fortalecer saberes e fazeres*. Sua meta é realizar formações para apoiar artistas-educadores, mestres de cultura e demais fazedores culturais em comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas em todo o Brasil.

O projeto é realizado por meio do *Programa Olhos d'Água* e conta com o apoio da Fundação Uniselva e da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom). A ação formativa é denominada de *Educação dos sentidos para fazer sentidos*, tendo como foco as comunidades às margens de rios e nas chapadas brasileiras, aproximando cultura, arte e natureza, como elo fundamental para a educação ambiental, fortalecendo o protagonismo das comunidades como agentes de transformação social.

A iniciativa do Ministério da Cultura mostra que a integração da Educomunicação nas políticas públicas tem se apresentado como um caminho estratégico e transformador, consolidando-se como um eixo para o desenvolvimento social. Ao conectar Educação, Meio Ambiente, Saúde e Cultura, a abordagem fortalece o protagonismo social, impulsiona a participação cidadã e promove a construção coletiva de conhecimento.

Iniciativas como o *Educom.Rádio*, o *Programa São Paulo Integral*, *Educom.Saúde*, *Educom.Guarani*, dentre tantas outras ações que têm sido promovidas Brasil afora, ilustram o potencial da Educomunicação em criar espaços de diálogo e ações comunitárias que priorizem a comunicação participativa. O desafio agora é expandir tais experiências e garantir que mais comunidades se beneficiem de ações que contribuam para uma sociedade mais justa, democrática e consciente de seu papel no desenvolvimento sustentável.

Ações educacionais de caráter social

As ações educacionais que ocorrem fora do âmbito governamental e são desenvolvidas, principalmente, por organizações da sociedade civil (OSC) têm se destacado por seu impacto direto nas comunidades, garantindo o direito à comunicação, imprescindível para a efetivação dos demais direitos.

Como destaca Cicilia Peruzzo (2011, p. 40), na sociedade contemporânea, o direito à comunicação inclui o direito ao poder de comunicar,

ou seja, que o cidadão e suas organizações coletivas possam ascender aos canais de informação e comunicação enquanto emissores de conteúdos, com liberdade e poder de decisão sobre o que é veiculado. Além disso, a comunicação é imprescindível para os movimentos sociais, sendo, ela própria, o fator de coordenação de ações e de mobilização. Isso porque, como explicam Toro e Wernek (2004, p. 14),

a mobilização social é um ato de comunicação, pois falamos de interpretações e sentidos compartilhados, ou seja, ela não se confunde com propaganda ou divulgação, mas exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processo de compartilhamento de discurso, visões e informações.

Iniciativas em tal âmbito se tornam fundamentais para superar os desafios presentes e, mais do que isso, garantir que sejam, de fato, colocadas em voga as vozes, as visões de mundo e as narrativas de diferentes atores e atrizes que buscam promover transformações sociais significativas na sociedade.

A seguir, trazemos uma série de projetos que mobilizam e fomentam o diálogo e o aprendizado em comunidades invisibilizadas. O primeiro é uma iniciativa de comunicação multiplataforma capitaneada por uma revista denominada *Casa Comum*,⁶ de periodicidade trimestral, que traz uma diversidade de atores do campo socioambiental para a própria elaboração das reportagens, das matérias e dos artigos, adotando um processo compartilhado e colaborativo de gestão e produção para a revista impressa e os demais canais digitais, incluindo as redes sociais e os produtos audiovisuais. Criada em 2022, a proposta objetiva articular e convergir as ações e agendas de incidência política de organizações, coletivos e redes que atuam em defesa dos direitos humanos e ambientais.

A partir da 4ª edição, a revista impressa passou a contar com a parceria da ABPEducom para a criação do roteiro formativo *Trilha de Saberes*. O material é direcionado a educadores para que possam explorar todo o conteúdo da revista em momentos de encontros, rodas de conversas e formações.

6 Com o lema: “*Cuidar de si, do outro e do planeta*”, a revista é uma iniciativa de comunicação da organização Sefras – Ação Social Franciscana, com coordenação editorial do Estúdio Cais – Projetos de Interesse Público. A revista e a Trilha de Saberes estão disponíveis em: <www.revistacasacomum.com.br>. Acesso em: 15 set. 2024.

A metodologia educucomunicativa adotada na *Trilha de Saberes* garante um processo formativo baseado no diálogo, na construção colaborativa de conhecimento e em ações práticas de intervenção social. Os conteúdos da 8ª edição da *Revista Casa Comum* e da *Trilha de Saberes*, com o objetivo de aprofundar o tema da democracia no País, se tornou, inclusive, a base do curso *Mutirão pela Democracia*, que chegou a contar com mil pessoas no primeiro semestre de 2024, para que elas se tornassem multiplicadoras da metodologia educucomunicativa em seus territórios.

Outras organizações, como a *Viração Educomunicação*, que completou 20 anos de existência, também têm atuado para garantir o envolvimento de jovens em atividades de mídia participativa, promovendo uma conscientização crítica sobre direitos humanos e cidadania. Uma das ações da *Viração*,⁷ por exemplo, é a Escola de Cidadania para Adolescentes (ECA),⁸ implementada nas cidades de São Paulo, Belém – em parceria com o Instituto Universidade Popular (UNIPOP) –, e Recife – em parceria com a *Auçuba: Comunicação e Educação*. Nas formações, os jovens discutem sobre democracia, participação cidadã e direitos humanos, além de realizar oficinas técnicas que mobilizam a elaboração e a implementação de ações de intervenção comunitária.

Há diversas outras iniciativas pelo País que utilizam a comunicação para ampliar o acesso à informação e fortalecer as vozes das periferias urbanas. Segundo Neusa Ribeiro (2000), a capacitação de jovens moradores de comunidades populares para o uso de recursos comunicacionais aparece como alternativa para atuar sobre problemas identificados localmente, de modo a levá-los a assumir sua realidade e sua capacidade para transformá-la. É um meio encontrado para que se crie na comunidade o hábito de comunicar-se de fato, em seu sentido mais amplo: trocar experiências e crescer com elas. Assim, é possível colocar a comunicação que se faz com grupos populares a serviço do desenvolvimento local.

Dentre tais iniciativas, está o projeto *Jovens Repórteres de Bairro da Rocinha*, realizado pelo Centro de Criação de Imagem Popular (CE-CIP),⁹ no Rio de Janeiro, com apoio da Fundação Oswaldo Cruz (Fio-cruz), que envolve estudantes em oficinas de comunicação comunitária com enfoque em saúde integral. Após as formações, a proposta é que os

7

Para saber mais sobre a *Viração Educomunicação*, cf.: <<https://viracao.org/>>.

8

Para saber mais sobre a Escola de Cidadania para Adolescentes, cf.: <<https://escoladecidadania.org.br/>>.

9

Para saber mais, cf.: <<https://cecip.org.br/>>.

jovens produzam conteúdos relevantes, atuando como multiplicadores de informação de qualidade na comunidade. Outro exemplo é a *Énois*,¹⁰ organização fundada em 2009, a partir do projeto Escola de Jornalismo (EJ), que já formou mais de 500 jornalistas, jovens da periferia, além de mais de quatro mil estudantes na Escola de Jornalismo *on-line*.

Já no campo socioambiental, há iniciativas que buscam a implementação de projetos educativos de saúde planetária na perspectiva da Educomunicação, como o Clube Brasil de Saúde Planetária,¹¹ desenvolvido na região de Lins e Taubaté, no interior do Estado de São Paulo, que engaja estudantes em ações de preservação ambiental.

No Norte e Nordeste do Brasil, encontramos projetos como o *Teia Cabocla* e o *Meninada da TV Casa Grande*. O *Teia Cabocla* atua como uma plataforma colaborativa de mobilização, formação e apoio aos coletivos juvenis nas comunidades do Oeste paraense e de outros atores da região, sendo apoiada pelo Projeto Saúde e Alegria (PSA).¹² Já o *Meninada da TV Casa Grande* é um projeto da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri,¹³ localizada em Nova Olinda, no Ceará, que inclui visitas mediadas, oficinas e diálogos. São iniciativas assim que reforçam a importância da Educomunicação em regiões de difícil acesso, onde a produção de mídia local fortalece a identidade cultural das comunidades (indígenas, quilombolas, ribeirinhas) e o engajamento social.

O que se percebe é que a participação no processo de produção da comunicação traz resultados também para a ampliação da cidadania dos sujeitos envolvidos. Como bem destaca Peruzzo (2011), os referidos meios de comunicação contribuem duplamente para a construção da cidadania, tanto por seu potencial educativo como processo quanto também pelo conteúdo das mensagens que transmitem.

Os meios de comunicação produzidos por setores organizados das classes subalternas, ou a elas organicamente ligados, acabam por criar um campo propício para o desenvolvimento da educação para a cidadania. As relações entre educação e comunicação se explicitam, pois as pessoas envolvidas em tais processos desenvolvem o seu conhecimento e mudam o seu modo de ver e relacionar-se

10 Para saber mais, cf.: <<https://enoisconteudo.com.br/>>.

11 Para saber mais, cf.: <<https://www.instagram.com/csplins/>>.

12 Para saber mais, cf.: <<https://saudeealegria.org.br/>>.

13 Para saber mais, cf.: <<https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/>>.

com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa (PERUZZO, 2011, p. 36).

Colocar as pessoas como centrais nos processos de conhecimento e comunicação favorece o engajamento social e o exercício da cidadania, o que é fundamental para a garantia de direitos.

Mobilização e estudos na assistência social

Como exposto anteriormente, na interface entre políticas públicas e a população, a comunicação é um fator central para o atendimento às necessidades básicas das pessoas. De acordo com Kênia Figueiredo (2016), a comunicação na assistência social, quando utilizada de forma a otimizar suas potencialidades, pode fomentar a cidadania e o protagonismo social dos usuários do sistema, ampliando o entendimento dos seus direitos e promovendo uma maior participação do cidadão.

A Educomunicação é uma das estratégias possíveis para uma comunicação pública efetiva que contribua para a formação crítica e a participação ativa dos sujeitos que circundam as políticas de assistência social. Estudos e iniciativas têm destacado o papel da comunicação participativa no fortalecimento das redes de apoio social, especialmente em contextos vulneráveis. Uma dessas iniciativas ocorreu em Curitiba, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS),¹⁴ onde foram realizadas ações educacionais voltadas para a inclusão social.

Costa e Gomes (2014) acompanharam dois grupos que realizavam projetos educacionais em duas unidades do CRAS localizadas em bairros periféricos de Curitiba. Foram oferecidas oficinas educacionais para jovens e crianças atendidas pelos CRAS, com o objetivo de promover trocas culturais, acesso à informação e participação cidadã.

A formação propunha atividades de escuta, fala, reflexão e produção a partir de vídeos, fotografias e exposições. Na oficina, que contou com uma mediação alinhada aos preceitos educacionais, os resultados da formação geraram engajamento, participação ativa, afetiva e criativa entre as crianças, os jovens e os educadores. Inclusive, tal oficina teve um aumento de participantes da turma, que

14 As unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) fazem parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma política pública de assistência social nacional que tem como objetivo assegurar a proteção e os direitos sociais a pessoas em situação de vulnerabilidade.

dobrou de tamanho, além de uma conclusão exitosa das ações propostas. As crianças e os jovens relataram que estreitaram seus laços de respeito e amizade ao longo das atividades. Na oficina, cuja mediação das atividades foi realizada de forma vertical e não alinhada aos conceitos e às práticas educacionais, houve a redução do número de participantes e poucas oportunidades de diálogo, exposição de ideias, sentimentos e opiniões, o que levou à suspensão das atividades, pois os jovens alegaram não se sentir à vontade para falar. Experiências como a citada demonstram tanto a potência das práticas educacionais quanto a importância do papel do educador enquanto mediador das práticas (COSTA; GOMES, 2014).

Fortalecer vínculos afetivos e sociais contribui para criar uma teia de sentidos, engajamento e sensação de pertencimento em ações comunitárias, uma vez que constitui uma dimensão afetiva, que faz parte das práticas educacionais e que é estabelecida a partir da dialogicidade e das relações horizontais, respeitadas e democráticas.

No caminho de promover ações educacionais efetivas em contextos sociais de vulnerabilidade, encontramos os trabalhos do Núcleo de Comunicação e Educação Popular (NCEP) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Uma de suas ações é o *Jornal A Laje*,¹⁵ realizado em parceria com o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), produzido com, para e sobre a população em situação de rua. O objetivo do projeto é ser um meio de luta, reivindicação, informação e denúncia de casos de injustiça e descaso. Projetos como o *Jornal A Laje* pensam a produção da comunicação de forma transversal e coletiva, envolvendo a população em situação de rua nos processos e trazendo a pauta de minorias para o centro da comunicação e da ação (CARVALHO; SCHARLAU; GOMES, 2016).

Colocar no centro da pauta temas e perspectivas, trazendo a participação efetiva e o protagonismo das minorias na produção de conhecimento e comunicação, constitui uma ação central para uma práxis transformadora, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse sentido, em 2023, foi criado o *Grupo Temático de Assistência Social e Educação*,¹⁶ que nasceu em decorrência das aproxima-

15 O *Jornal A Laje* foi produzido entre 2010 e 2018 e está disponível em: <https://ncep.ufpr.br/?page_id=3027?page_id=3027>. Acesso em: 14 set. 2024.

16 Informações sobre o Grupo Temático de Assistência Social e Educação estão disponíveis em: <<https://abpeducom.org.br/gt-assistenciasocial/>>. Acesso em: 14 set. 2024.

ções iniciadas em 2021 entre o *Projeto-Movimento Educomunicação e Assistência Social* e a ABPEducom. A aproximação se desdobrou, em 2022, na criação coletiva do primeiro minicurso sobre Educomunicação e Assistência Social.¹⁷

O curso foi voltado para profissionais, gestores, conselheiros e pesquisadores das áreas de Assistência Social, Educomunicação, Comunicação Social, Psicologia e Educação, além de demais interessados na relação entre tais áreas. Ao final da formação, integrantes do curso e do *Projeto-Movimento Educomunicação e Assistência Social* se mobilizaram em torno da criação de um grupo temático (GT) na ABPEducom. Trata-se de um espaço de discussão que é uma inovação dentro da associação, fruto de um esforço coletivo, que busca ampliar o debate sobre a intersecção entre Educomunicação e as políticas de Assistência Social. O foco principal é ir além da comunicação institucional tradicional e abordar a comunicação enquanto processo relacional dentro da Assistência Social.

As experiências e as mobilizações expostas entre a Educomunicação e as políticas de Assistência Social indicam as aproximações entre as áreas e um caminho emergente de estudos e práticas, capaz de gerar impactos profundos em comunidades, pessoas e ações sociais. Assim, a Educomunicação se apresenta como um meio de reivindicar direitos, ampliar expressões comunicativas, transformar realidades, tecer afetos, educar para a cidadania e promover a participação e o protagonismo dos sujeitos envolvidos na ação.

Considerações finais

No decorrer do artigo, apresentou-se parte da história, juntamente com alguns conceitos e exemplos de práticas que constituem a Educomunicação, especialmente no território brasileiro. Pontua-se que o caráter social é intrínseco aos conceitos e às práticas educacionais, entendidas como um campo que une as práticas de comunicação e educação, com o objetivo de promover processos educativos que transcendem o uso instrumental de mídias e da comunicação. A Educomunicação se dedica a entender e transformar os ecossistemas comunicativos em contextos educativos para além de abordagens que

17 Informações sobre o minicurso de Educomunicação e Assistência Social estão disponíveis em: <<https://abpeducom.org.br/minicursos/educucomunicacao-e-assistencia-social/>>. Acesso em: 14. set. 2024.

focam exclusivamente na análise da comunicação ou que tenham o uso de tecnologias como fim. Isso significa que, embora as mídias possam ser parte de tais processos, elas não são o foco central.

As diversas formas de expressões comunicativas compõem as ações educacionais, como a comunicação verbal, não verbal, visual, simbólica e as mediadas por mídias e plataformas digitais. Entre os objetivos, encontra-se o de atuar nos ecossistemas comunicativos de forma que os sujeitos participantes possam reconhecer e amplificar suas comunicações pessoais em interação com o mundo que os cerca. A finalidade é ampliar a leitura crítica de mundo, a efetiva participação e o protagonismo dos sujeitos envolvidos nas ações educacionais, facilitando processos de transformação social.

Nesse caminho, o papel do(a) educador(a) se faz central, pois se apresenta como instância mediadora que, por meio de uma educação humanista, pode colaborar para que os princípios educacionais sejam vivenciados e potencializados, tendo a dimensão dialógica e afetiva como fio condutor das relações e dos sentidos.

Faz parte dos objetivos da práxis educacional garantir um espaço de escuta e fala atenta, de acolhida, de sentidos, de senso comunitário, de comunicação e educação transversal, de liberdade de expressão e de criação. Essa é a razão fundamental da própria legitimação do termo, transformado, em julho de 2021, como registramos no início do artigo, em novo léxico da língua portuguesa.

Referências

- ALVES, Patrícia Horta. **Educom.Rádio: uma política pública em educação** (2007). Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI: 10.11606/T.27.2007.tde-05072009-211722.
- CARVALHO, Guilherme; SCHARLAU, Toni André; GOMES, Evanise Rodrigues. “De Curitiba para Moçambique: ações de educação e comunicação popular”. **Comunicação & Educação**, v. 21, nº 2, p. 15-26, 2016. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v21i2p15-26.
- COSTA, Rosa Maria Cardoso Dalla; GOMES, Evanise Rodrigues. Educação e ação social: as práticas educacionais nos Centros de Referência de Assistência Social de Curitiba. In: Encontro Anual da

Compós, 23, Belém. **Anais do XXIII Encontro Anual da Compós**. Campinas: Galoá, 2014, p. 1-17.

CREPALDI, Marco Aurelio Batista da Silva. **A Pedagogia Salesiana e a Educomunicação na Assistência Social. Projeto de Vida: Criadores de Conteúdo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educomunicação) – Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **Comunicação pública e assistência social: um estudo sobre os processos comunicativos nos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS** (2016). Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FREINET, Célestin. **A leitura pela imprensa na escola**. Lisboa: Dinalivro, 1977.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução: Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

KAPLÚN, Mario. “Processos educativos e canais de comunicação”. **Comunicação & Educação**, nº 14, p. 68-75, 1999.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación (el comunicador popular)**. Ciudad de La Habana, Cuba: Editorial Caminos, 2002.

MACHADO, Eliany Salvatierra. **Pelos caminhos de Alice: vivências na educomunicação e a dialogicidade no Educom.TV** (2009). Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI: 10.11606/T.27.2009.tde-31082015-144647.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução: Ronald Polító e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

PERUZZO, Cicilia. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación [s. l.], nº 3, 2011. Disponível em: <<https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/280>>.

PRÓSPERO, Daniele. **Educomunicação e políticas públicas: os desafios e as contribuições para o Programa Mais Educação** (2013). Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI: 10.11606/D.27.2013.tde-30012014-105832.

PRÓSPERO, Daniele. A Educação Integral na perspectiva da Educomunicação: a implementação no Programa São Paulo Integral. In: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil (orgs.). **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. São Paulo: ABPEducom, 2017, p. 64-71.

RIBEIRO, Neusa. **Comunicação Comunitária: uma alavanca para a Socioeconomia Solidária**. Disponível em: <<https://www.ifil.org/rcs/biblioteca/ribeiro.htm>>. Acesso em: 16 set. 2024.

SCHADT, Felipe dos Santos. **Aportes para uma história de 20 anos no Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP (1996-2016)**, 2021. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. DOI: 10.11606/D.27.2021.tde-08042022-093953.

SOARES, Ismar de Oliveira. “A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais”. **Contato**: Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação (Brasília), v. 1, nº 2, p. 19-74, 1999.

SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; FERREIRA, Irma Teresinha Rodrigues Neves. “Educomunicação nas políticas públicas de saúde no Estado de São Paulo: Projeto Educom.Saúde-SP em tempos de COVID-19”. **BEPA-Boletim Epidemiológico Paulista**, v. 18, nº 208, p. 22-31, 2021.

TORO, José Bernardo A.; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ZIMERMANN, Patricia. Educomunicação socioambiental como política pública: a mobilização cidadã no ecossistema Babitonga (2019). Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI: 10.11606/D.27.2020.tde-22012020-173051.